

Informação errada traiu o presidente

04 OUT 1987

JBR P. 3 09-10-87

APC

Rubem de Azevedo Lima

Assessores qualificados do presidente José Sarney admitiram, ontem, que o Governo, além de se defrontar com o espírito de unidade surpreendente, do PMDB, no caso da tentativa de formação da aliança suprapartidária de apoio ao Executivo, na Constituinte, também baseou sua estratégia, nesse episódio, sobre informações incorretas, apesar de advertido pelo chefe do SNI, general Ivan de Sousa Mendes.

A tal respeito, o senador Luis Viana Filho, do PMDB da Bahia, vinha dizendo, há tempos, que o risco maior do Governo, em face da ruptura da Aliança Democrática, estaria em agir com base em dados fictícios, que levariam, portanto, ao malogro da estratégia política do Governo.

As previsões de Viana — que é parlamentarista convicto e fez deste sistema de governo, tal como seu filho, deputado Luis Viana Neto (PMDB-BA), tema da última campanha eleitoral — foram confirmadas.

Um ministro ligado a Sarney revelou, a propósito, que o presidente da República — ao decidir-se pelo adiamento da leitura do documento de sua autoria, em torno do qual se organizaria a nova aliança pró-governista — manifestou grande irritação pelo erro que o fizeram cometer.

Esse mesmo ministro, no entanto, reconheceu que o fenômeno da aglutinação do PMDB, em torno de seu presidente bem como da Constituinte e da Câmara, deputado Ulysses Guimarães, era ab-

solutamente imprevisível, ao verificar-se a ruptura da Aliança Democrática, constituída até então por aquele partido e o PFL.

Além do fato de os peemedebistas, com raras exceções, se haverem reagrupado em torno de Ulysses, na defesa da sigla partidária, os parlamentaristas das demais agremiações, em geral, também não concordaram com a idéia de Sarney de formar nova aliança partidária de sustentação ao Governo. Embora se admita, nessa área, a reformulação do quadro partidário, a proposta de um bloco "sarneyzista" foi considerada perigosa para a estabilidade das instituições e da transição democrática, pois o Congresso ficaria inteiramente à mercê do Executivo.

No começo da semana, importantes chefes militares manifestaram suas preocupações quanto aos rumos da situação política, econômica e social do País e alguns deles se declararam particularmente impressionados ante a perspectiva de implantação do parlamentarismo. Um dos interlocutores desses chefes informou que não fora Sarney quem pedira aos militares para agirem, mas, sim, estes últimos que se decidiram a atuar, movidos pelo temor de que a instabilidade do parlamentarismo afete a autoridade e a hierarquia nas Forças Armadas. Apesar das garantias de vários parlamentaristas, segundo as quais esse sistema poderia gerar instabilidade no Governo mas não no regime, os chefes militares não se mostraram convencidos e passaram a trabalhar em favor do presidencialismo.

De acordo com o ministro acima referido, Sarney tentou canalizar as apreensões das Forças Armadas, desejoso de fazê-las refluir sobre a Constituinte, para preservar o presidencialismo.

Como afirmou — há tempos — o senador Viana Filho, os constituintes acham que as Forças Armadas não estão dispostas a intervir no processo político, a menos — conforme sublinhou o parlamentar do PMDB — que sobrevenha o caos. Quanto a essa hipótese, porém, ficou claro, na recente nota do ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, sobre o programa gratuito do PSB nos meios de comunicação de massa, que as Forças Armadas procuram, invariável e tradicionalmente, com respaldo da Nação.

Para o ministro, essa identificação poderia levar as Forças Armadas — ainda que estas não estejam totalmente satisfeitas com a Constituinte — a aproximar-se não de Sarney, mas do povo, que elas sabem estar frustrado com o atual Presidente.

Na correção de rumos que terá de fazer em sua estratégia, o presidente da República, segundo admitem seus próprios assessores, dificilmente romperá com o PMDB, diante de cujo comando ficou em situação insustentável. O rompimento com esse partido, além dos altos custos de qualquer reformulação ministerial feita sem o apoio conjunto do PMDB, deixará o Governo inferiorizado na Constituinte, na maioria dos assuntos políticos controversos, notadamente na questão do mandato presidencial.